

2016 - Fundação Cultural Palmares

(Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 3.0 Brasil)

Fonte: http://www.palmares.gov.br/?page_id=6320. Acesso em: 18 out. 2016.



REVISTA

Palmares

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

ANO V - NÚMERO 5 - AGOSTO 2009

ISSN 1808-7280

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

Fundação Cultural Palmares

Presidente

Zulu Araújo

**Departamento de Fomento e Promoção da
Cultura Afro-Brasileira**

Elisio Lopes Junior

**Departamento de Proteção ao Patrimônio
Afro-Brasileiro**

Mauricio Reis

Chefia de Gabinete

Eliane Borges

**Centro Nacional de Informação e Referência
da Cultura Negra**

Cléo Carvalho

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica

Maria Aparecida Chagas Ferreira

Coordenação Geral de Gestão Interna

Simoni Hastenreiter

Procuradoria Geral

Dora Lúcia de Lima Bertúlio

Revista Palmares

Edição

Inês Ulhôa

Textos

Inês Ulhôa

Marcus Bennett

Diagramação

Alessandro Naves Resck

Fotos

Arquivo/Palmares

Foto Capa: Januario Garcia

Grafite muro do Mundo Afro

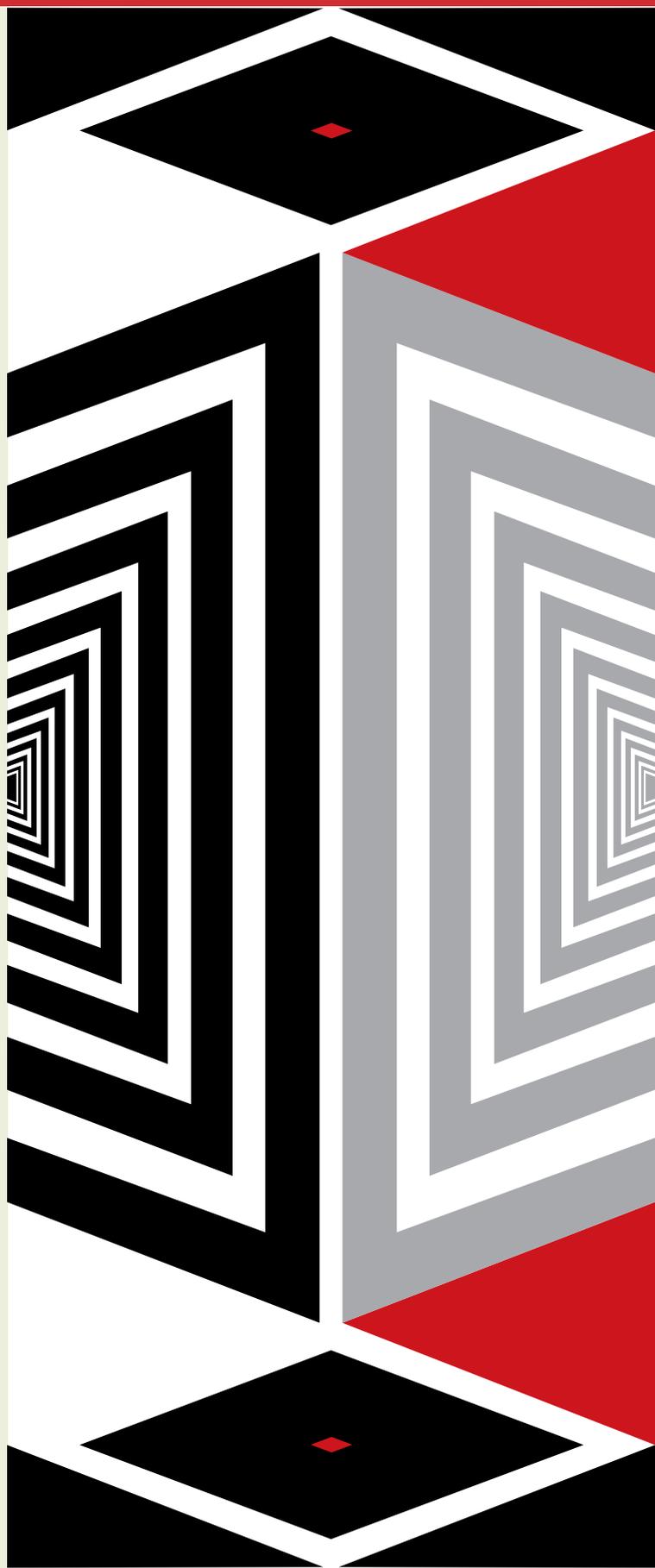
Cidade de Rivera - Uruguai

Endereço:

Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 11

Asa Sul - Brasília/DF

Tel: (61) 3424-0164/ 0165/0166



21 ANOS DA PALMARES

**Tempo de cidadania
e diversidade**

Sumário

Manifestações Culturais

Jongo	5
Capoeira	10
Samba de Roda	15
Maracatu	18
Congada	23
Tambor de crioula	26
Negrice Cristal	28
Aos 21,	31

Artigos

Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias	
<i>Joseane Maia Santos Silva</i>	33
Reconhecimento e Proteção das Comunidades Quilombolas	40
Desafios e conquistas	
<i>Maurício Jorge Reis</i>	42
As Cinderelas e os Lobos - a mulher negra e o turismo sexual	
<i>Joel Zito Araújo</i>	44
Interação cultural e social do movimento hip hop	
<i>Christian Carlos Rodrigues Ribeiro</i>	48
A África brasileira: geografia e territorialidade	
<i>Rafael Sanzio Araújo dos Anjos</i>	56



A África brasileira: geografia e territorialidade

A terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos



No Brasil, país de dimensões continentais, há uma historicidade em processo de reconstrução e uma diversidade étnica com conflitos, as interpretações mais amplas das suas formas de organização, principalmente os elementos essenciais da sua real historiografia, das suas identidades territoriais e dos componentes da sua pluralidade racial, são pontos estruturais que preconizam a busca de equilíbrio na sua sociedade e no seu território e, sobretudo um tratamento ético.

Podemos apontar as matrizes africanas presentes no país como

a referência cultural e étnica mais marcante na formação da população e do território brasileiros. A incorporação verdadeira, o respeito e o espaço da cultura africana no Brasil continuam sendo questões estruturais, que ainda merecem investigação, conhecimento e ação. Ou seja, alcançar o direito efetivo de uma participação plena na vida nacional.

Assim, as demandas para a compreensão das complexidades da dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a geografia e a cartografia para auxiliar na representação

e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico e contribuir para as reflexões sobre os aspectos da distribuição da população de matriz africana e seu reatamento na formação do território brasileiro.

O Projeto Geografia Afro-Brasileira: Educação & Planejamento do Território, desenvolvido no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA), do Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília, tem, ao longo de sua existência, buscado contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade



dessas discussões para que o conhecimento da população brasileira, a educação geográfica étnica e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

Território étnico e a África

A geografia é a ciência do território e este componente fundamental, a terra, num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação porque apresenta as marcas da historicidade espacial e do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer. Ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo.

Não podemos perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço.

A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

O território é na sua essência um fato econômico, físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde, geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as

referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial.

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos.

Esses mapas possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas.

Importante lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do espaço. Ou seja, os dados geográficos tornam-se mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial, assim

como a ferramenta cartografia constitui um meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira, não pode deixar de ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e outras sociedades fizeram,



e ainda fazem, dos recursos da natureza.

As populações do hemisfério norte e seu processo de dominação e exploração do continente a partir do século XV, acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador e ocupadas por homens ditos indolentes. Essa “geografia da imagem e da dominação justificada dos trópicos” foi sendo ampliada e não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social e política, mesmo diante dos elementos da natureza.

Um dos efeitos políticos da distorção e da invisibilidade da África nas estratégias do sistema dominante é lugar insignificante e secundário que foi dedicado à sua historiografia em todas as histórias da humanidade. As matrizes culturais e tecnológicas do continente africano foram as mais comprometidas pelo racionalismo científico e as estratégias de dominação, ocultação e apropriação dos saberes ainda são contextos não resolvidos neste início de século XXI.

Tratar da diversidade cultural brasileira num contexto

geográfico e cartográfico, visando, portanto, reconhecer, representar e superar a discriminação aqui existente, é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estruturais da exclusão social, componente básico para caminhar na direção de uma sociedade mais democrática, na qual as populações de ascendência africana no Brasil, principalmente, se sintam e sejam, de fato, brasileiros. Isto porque, uma parte significativa desse contingente populacional não se sente pertencente ao Brasil, devido à tamanha exclusão.



A falta de pertencimento territorial

No Brasil, onde a questão da cidadania é, geralmente, limitada, mutilada, a situação da população afro-brasileira é emblemática. Alguns aspectos geográficos merecem atenção nesta questão secular. Primeiro, a referência que o sistema brasileiro tem induzido ao longo dos tempos, de maneira explícita e às vezes de forma subliminar, de que o território da população afro-brasileira é do outro lado do Oceano Atlântico, na África, como se aqui não fosse o seu lugar. Não tivesse o direito de ter terras e nem referência de identidade territorial aqui. O país tem se declarado oficialmente europeu e essa estratégia de negar os componentes africano e indígena é uma forma de registro do desinteresse pelos problemas do preconceito, da tentativa de inferiorização e da exclusão secular no sistema.

Importante lembrarmos que o tráfico de seres humanos da África para o Novo Mundo foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar os números dos africanos e africanas, retirados dos seus habitats, com suas bagagens culturais, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade econômica e social. As pesquisas divergem, ainda atualmente, sobre as estatísticas do período dessa diáspora africana. É consenso na comunidade científica, entretanto, de que a dinâmica do tráfico trouxe problemas de

despovoamento em numerosas áreas do continente. A barreira das condições ambientais e a resistência das populações africanas à destruturação de suas sociedades vão impor níveis diferenciados no território atingido pela retirada de populações para serem escravizadas. O Mapa 1 mostra a extensão do território atingido pela dinâmica do tráfico e os diferentes gradientes de intensidade de retiradas de populações.

Uma das questões de fundo

que o documento cartográfico suscita é a seguinte: para onde se deslocaram tantos componentes das sociedades e estados políticos que foram destruídos? O Gráfico 1 mostra uma estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo. Pelo menos dois aspectos são significativos de observação nos números representados. Primeiramente, o Brasil apresenta a maior estatística, ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres humanos transportados,



fato que possibilita entender porque este foi o território mais acabadamente escravista e, por sua vez, o de maior extensão racista. Em segundo lugar, os franceses, os espanhóis e os britânicos, povos europeus de influência e pressão marcante no sistema escravista na América, estão com dados em torno de 1,7 milhão de africanos desembarcados. É evidente que o Brasil português incomodava pela dimensão territorial, o contingente populacional mobilizado e a diversidade da dinâmica comercial.

O conceito geográfico de diáspora tem a ver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo da história da humanidade podemos identificar a construção

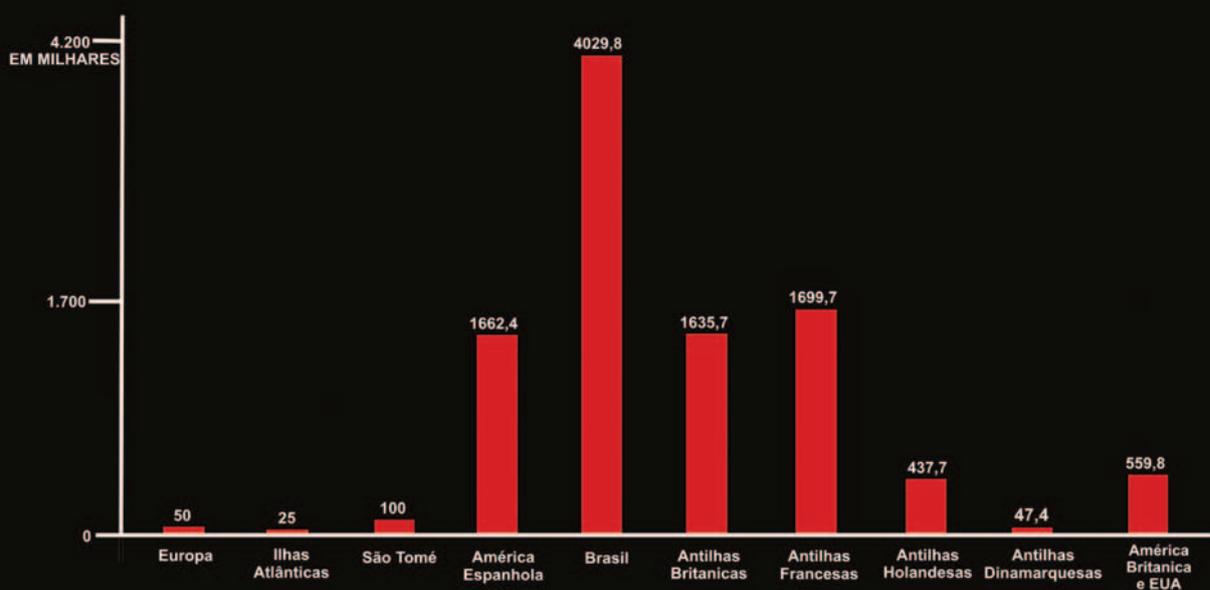
de territórios pelas mobilidades das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas. Na África, podemos identificar alguns desses grandes movimentos demográficos, a começar pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e posteriormente para outras terras emersas do mundo.

O fenômeno geográfico que abordamos, nesta oportunidade, está ligado aos séculos do tráfico negreiro para a América, fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo.

O continente africano foi, ao longo de quatro séculos, o centro das atenções mundiais, da

cobiça aos recursos minerais, da apropriação dos conhecimentos, da acumulação de capitais e da desestruturação das sociedades e do Estado. Esse jogo de trocas estabelecido imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e, estrategicamente, a distribuição das populações africanas dos seus diferentes reinos e nações foi realizada indiscriminadamente nos territórios da América. Rapidamente, os mercados transatlânticos tornam-se mais importantes do que as antigas rotas dos mercados transaarianos (floresta-savana-deserto), por onde passavam e desaguavam o ouro, a cola e o africano escravizado. Esta rota se tornou secundária, diante da força da ligação savana-floresta-praias.

GRÁFICO 01
ESTIMATIVA DO NÚMERO DE AFRICANOS DESEMBARCADOS EM
VÁRIAS REGIÕES DO MUNDO - SÉCULOS XV, XVI, XVII, XVIII E XIX -



Elaboração: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA / Universidade de Brasília - Brasil © Projeto Gráfico by Geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos. E-mail: ciga@unb.br
 Projeto Geografia Afro-Brasileira. CIGA - UnB. Auxiliar Técnica: Fabiana de Oliveira Hessel / Rafael Farias da Silva - Brasília - DF - 2005
 Fonte: Baseadas nas tabelas de Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade - A Census*, revistas por David Eltis, *Economic Growth and the ending of the transatlantic slave trade* para o período 1781 -1870.

Dinâmica do tráfico

Nas respostas territoriais da dinâmica do tráfico por quase quatro séculos, o Brasil aparece com alguns destaques: foi o país contemporâneo de maior importação de populações africanas e registro de quilombos (antigos e territórios étnicos atuais); foi a nação na América do Sul que continuou impondo o sistema escravocrata, mesmo depois da independência de Portugal (66 anos) e um dos últimos Estados a sair do regime escravista.

O Brasil sabe com clareza que no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imigrantes europeus chegaram ao país, dos quais: 1.373.000 eram italianos; 901.000, portugueses, e 500.000, espanhóis. É importante notar que esse número aproxima-se dos quase 4 milhões de africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isto porque, as referências espaciais, temporais

e quantitativas do período clandestino do tráfico, ainda estão para serem caracterizados pela historiografia brasileira. Temos aí uma das questões estruturais do país. As grandes referências espaciais e temporais e os documentos pontuais não atendem mais às demandas do povo brasileiro africano, que requerem respostas mais plausíveis e precisas.

Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de matriz africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Colocar para esse contingente que os seus antepassados foram “trazidos” do continente africano é vago, sem consistência, desrespeitoso, quando se trata de um espaço com 30.277.467 Km², o terceiro continente em extensão territorial do mundo e constituído por centenas de antigos reinos, impérios e grupos étnicos desconhecidos da

historiografia oficial do país.

Essa demanda secular, que possibilitaria uma ligação espacial mais referenciada, mais precisa na África, continua sem resposta satisfatória e nem perspectiva de solução. Esse contexto estrutural de fragilidade na unidade nacional traz outras questões pouco tocadas que são: Como seria o processo de solicitação de dupla cidadania da população de origem africana no Brasil? Quais e quantos brasileiros e brasileiras poderiam solicitar essa possibilidade de alargamento das suas referências familiares e de ancestralidade? A nação ainda não tem como responder a essas indagações relevantes que permanecem “silenciosas” no bojo do sistema dominante.

Importante não perdermos de vista que vários setores da população brasileira continuam sendo vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica, que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a de maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. Os problemas revelam-se quando se quer saber qual o número real de “negros” e “negras” ou da população de ancestralidade da África presentes no Brasil.

A palavra “negro” foi uma invenção do colonialismo, do sistema escravista, da retirada de seres humanos do continente africano denominado “tráfico negreiro”. Secularmente, ficou associado a um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas relacionado



a animal. Esse é um ponto de reflexão e correção histórica necessária e que requer uma ação política e educacional consequente, até porque, está incorporado de forma consistente no pensamento social brasileiro. Se não fossem os negreiros e seus navios, comerciantes de populações escravizadas no continente africano, não existiria os “negros”, tratados como mercadoria. Daí vem a “invenção” e promoção do engano secular denominado “raça negra”.

Um dos problemas estruturais que dificultam a identificação e a quantificação da população afro-brasileira está nessa mentalidade preconceituosa, está na falta de informações básicas que contaminam o pensamento social coletivo da população brasileira. Um dos grandes danos dessa problemática é a hipocrisia permanente e o não tratamento do assunto de forma adequada e sistêmica.

O espaço contemporâneo

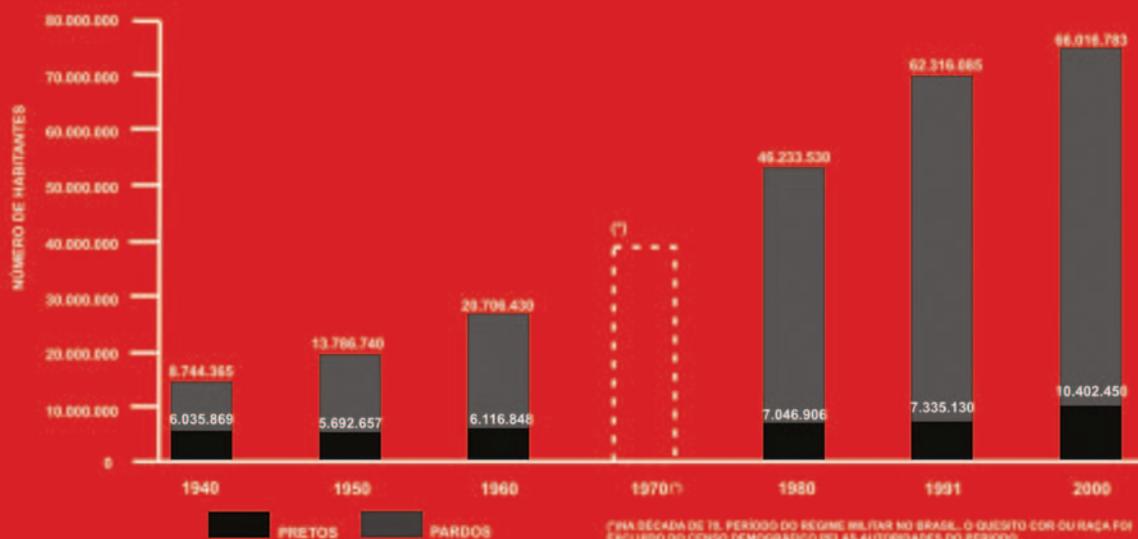
A questão demográfica do “Brasil africano” tem ficado historicamente sem resposta adequada, por um conjunto complexo de fatores. Um dos estruturais está relacionado aos critérios de aferição racial oficiais, que levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afro-brasileira que integram o país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal organismo responsável pela produção e divulgação das informações demográficas da nação, ainda, tem agrupado os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declaram e os “outros” ficam classificados como pardos.

A história recente dos censos realizados no território brasileiro reconstitui, muito bem, a negação

e minimização da população de ascendência na África existente no país. No Gráfico 2, que mostra a evolução da população “preta” e “parda” recenseada de 1940 a 2000, os aspectos mais relevantes constatados são a discrepância entre os números sempre crescentes do contingente “pardo” ao longo das décadas e os pequenos acréscimos dos registros de “pretos”, com uma ocorrência de decréscimo (1940-1950), evidenciando que a expansão demográfica da população denominada “preta” apresenta problemas para evoluir, ao contrário dos “pardos”, cujas estatísticas históricas são de números significativos. Outro componente relevante evidenciado na representação gráfica é a década de 1970, que não foram pesquisados e nem computados os dados das distintas matrizes étnicas existentes no Brasil. Dessa forma, a série histórica dos dados fica



GRÁFICO 02
MONITORAMENTO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CARACTERIZADA
COMO PRETA E COMO PARDA PELO IBGE - BRASIL, 1940 - 2000



(*) NA DÉCADA DE 70, PERÍODO DO REGIME MILITAR NO BRASIL, O QUESTO POR RAÇA FOI EXCLUÍDO DO CENSO DEMOGRÁFICO PELAS AUTORIDADES DO PERÍODO.

Notação: Centro de Cartografia, Estatística e Informação Demográfica - CCEIA / Universidade de Brasília - Brasil © Projeto: Gráficos de Dados do Censo Demográfico do Brasil - Anos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Fonte: IBGE - IBGE, Censos Demográficos de 1950 e 2000 / Silva, A. L. The Race-ethnicity in history at the end of the 20 century. In Journal of Latin American Anthropology, 2008, USA.

comprometida pela inexistência das informações, fato que reitera o processo de exclusão social instaurado no sistema oficial brasileiro.

Uma parte do contingente demográfico informado e desinformado no Brasil, geralmente, sem identidade firmada e profundamente divididos nas suas referências individuais e familiares, registram-se no recenseamento como “pardos” ou “brancos”. A continuidade de uma postura do país de se “mostrar”, de ser representado e de ser valorizado a partir das referências europeias constitui um dos componentes estruturais da negação das outras matrizes culturais existentes. Seria uma forma consciente ou não de ser aceito ou inserido no sistema dominante, ou seja,

de se sentir “dentro” de uma fronteira social explícita dos “incluídos” e “excluídos” do sistema dominante.

O Mapa 2 (Anjos, 2005), que não pretende retratar a complexidade da presença da população afro-brasileira, mostra apenas a expressão espacial quantitativa recenseada como “preta” no último Censo Demográfico realizado em 2000, pelo IBGE.

O documento cartográfico, mesmo com dados de quase dez anos passados, revela uma distribuição expressiva dessa população no país, destacando, principalmente que o Brasil urbano, peri-urbano e rural é significativamente africano.

Se fizermos uma simulação e juntarmos as populações recenseadas pelo IBGE como

“preta” e “parda” do Brasil no ano 2000, teremos 69.649.861 habitantes (47% do contingente nacional). Importante lembrar o ditado popular: “de noite todos os gatos são pardos”. Ou seja, associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade.

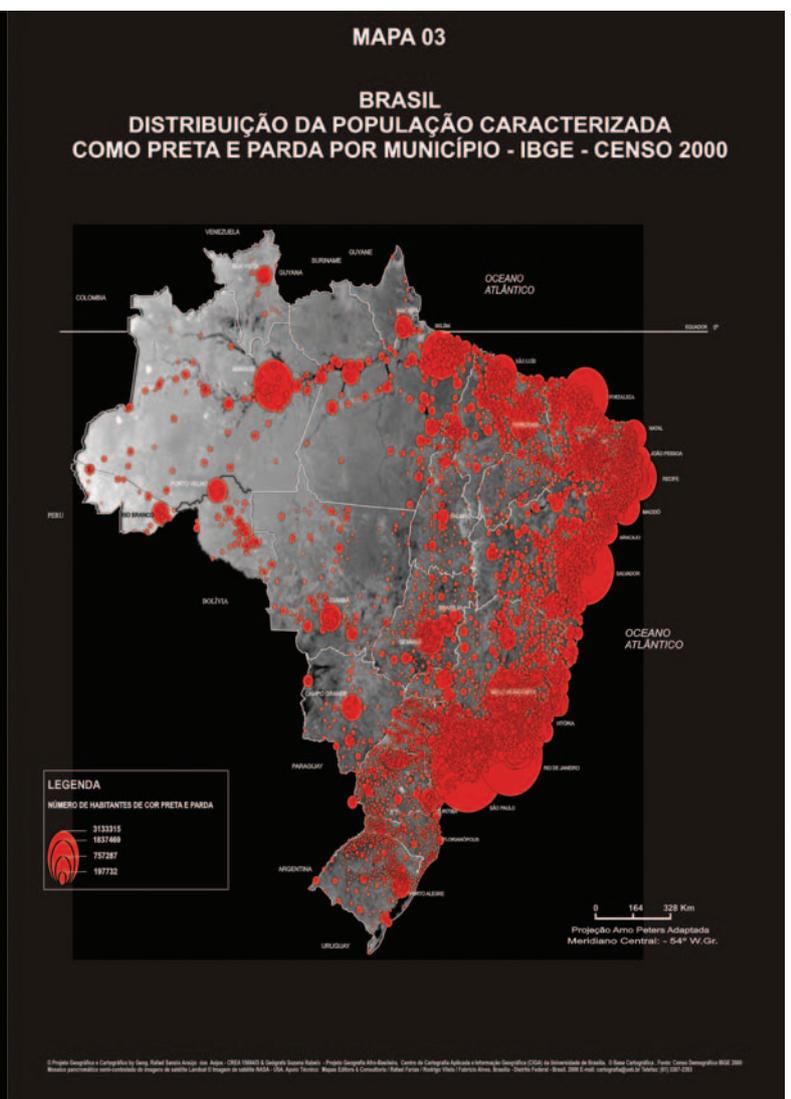
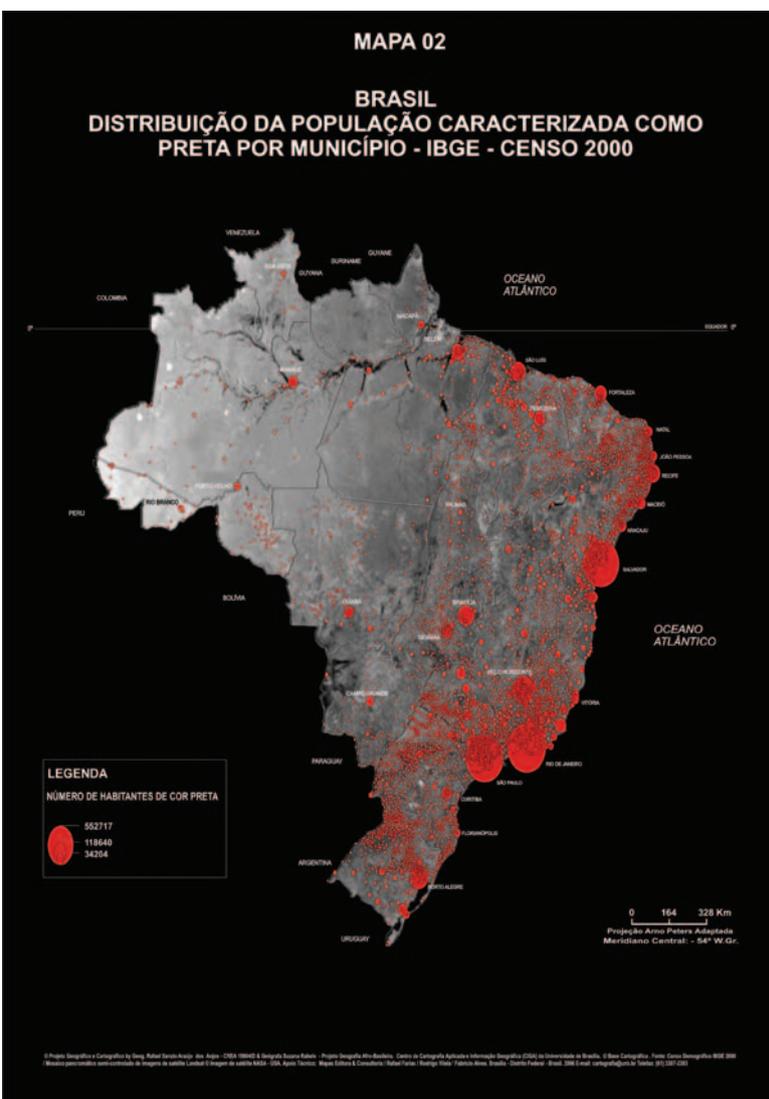
São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país. Por ser um contingente populacional oriundo de um processo secular de “mistura” étnica, as relações de valor que foram associados, sistematicamente, aos povos europeus, como o “modelo” de referência e aceito pelo sistema dominante, imprimem vários

desajustes nas formas de pensar, de se inserir e de se enquadrar na sociedade brasileira.

No “Brasil Africano” existem evidências de que o contingente populacional brasileiro de matriz africana não é minoria e essa é mais uma estratégia do sistema de classificar os grupos discriminados de minorias, fazendo supor que esses atingem

um número de pessoas menor que o de fato, utilizando-se de artifícios numéricos. Se assumirmos que a população considerada como “parda” nesse Censo é de fato uma população mestiça, que tem graus diferenciados de ascendência africana, ficará evidente que a população afro-brasileira não é minoria.

A representação cartográfica do Mapa 3 (Anjos, 2005) revela essa significativa expressão quantitativa e uma constatação espacial de que o Brasil é um país de essência na África e, realmente, somente a que não conhece o continente africano pode ignorar o quanto há de “Áfricas” em cada um de nós, na nossa essência, no nosso ser humano.



Referências africanas

Este é um momento oportuno para nos perguntarmos: O que seria a Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, enfim, o Brasil, sem a presença dos povos africanos e seus descendentes? Que configuração territorial de Brasil teríamos sem a presença da África? Como seria a nossa religiosidade? E as práticas medicinais? Os padrões construtivos e de arquitetura? E as formas de atividades agrícolas? Essas são simulações necessárias para a reconstrução de posturas, de conceitos errôneos e impressões cristalizadas da

nossa sociedade e do território brasileiro. No “fundo” o que não podemos perder de vista é que o Brasil é o que é porque teve e tem as referências africanas marcadas, irreversivelmente, no seu espaço geográfico, na sua população e, sobretudo, na sua cultura.

Apesar da política de “branqueamento” desenhado para o Brasil e implementada no final do século XIX e início do século XX, onde os asiáticos, chineses e africanos eram considerados seres inferiores, as respostas dos mapas mostram a constatação do mosaico demográfico afro-brasileiro que construiu a estrutura territorial, social e econômica do país, sem

privilégios e nem oportunidades.

As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação com população de ascendência africana do planeta e é com relação a esse contingente que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Nos piores lugares da sociedade e do território, com raras exceções, estão as populações afro-brasileiras. Numa grande cidade brasileira é possível verificar, sem consultar estatísticas sofisticadas, a segregação sócio-espacial evidente, como por exemplo: quem é o homem – mulher que pede esmola no sinal de trânsito? Qual o aspecto do ser humano



que dorme na rua ou no metrô? Qual a referência da criança caracterizada como menino ou menina de rua, ocorrente no espaço urbano do país? Qual o perfil do morador, da moradora da “favela” brasileira? Quais as condições do transporte coletivo que se direciona para a periferia das cidades? Como é o cidadão que vai neste ônibus ou trem? Esses lugares da sociedade são ocupados, predominantemente, por populações afro-brasileiras e num país onde quase 50% do seu contingente populacional oficial é de matriz africana, constatamos que estamos diante de um problema estrutural da nação. Nos espaços de ocupação privilegiada e de valorização

existe um outro extrato social e uma outra referência étnica.

Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais seculares e estruturais, para as quais os “remédios” ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, no mês que vem, para o próximo ano ou para o governo seguinte, que nunca chega. E os séculos estão passando!

Assim, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar

uma energia adicional para ser – estar inserido. É uma luta secular contra a exclusão territorial, social e econômica.

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- A questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente



poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil;

- Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então sem evidência;

- Acreditamos no processo educacional como um elemento de transformação e de reconstrução dos conteúdos e informações errôneas, assim como a visibilidade na sociedade civil, como ferramentas para ampliação do conhecimento e minorar o preconceito. Neste sentido, algumas atividades itinerantes, como a Exposição Cartográfica: A África, o Brasil e os Territórios dos Quilombos e a Oficina Temática: Matrizes Africanas do Território Brasileiro, são eventos educacionais que têm buscado uma maior visibilidade espacial e junto aos educadores e estudantes, para essas questões geográficas estruturais da formação étnica do país. Outro segmento importante são as publicações com toda a documentação cartográfica e historiográfica das comunidades quilombolas (2000, 2005, 2006 e 2009) e os volumes da Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-

Aprendizagem (2005 e 2007), que constituem um conjunto de vários mapas temáticos para auxiliar o professor a transmitir informações sobre a Geografia da África e a Geografia Afro-Brasileira. Outras informações do Projeto Geografia Afro-Brasileira e desses produtos podem ser acessadas: www.unb.br/ih/ciga

Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia é que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração, de forma estrutural, das situações das populações do “Brasil Africano”.

Referências

ANJOS, R. S. A. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª ed. 2005.

—. *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 3ª ed. 2005.

—. *Territórios das comunidades quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2005.

—. *A África, a educação brasileira e a geografia - Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/2003*. Brasília: MEC-Secad, 2005.

—. *A geografia, a África e os negros brasileiros*. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

—. *Geografia, território étnico e quilombos*. In: GOMES, N. L. (org.). *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: MEC-Secad, 2006.

—. *Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais*. Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2009, 190p.

—. & CYPRIANO, A. *Quilombolas – tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240 p.

SANTOS, M. Pesquisa reforça preconceito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1995, Caderno Especial Domingo, p. 8.

Este artigo é parte das Conferências Matrizes Africanas do Território Brasileiro, promovidas pelas Embaixadas do Brasil na República Democrática do Congo (Kinshasa) e em Angola (Luanda), realizadas em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e o Museu Real da África Central (Bélgica), em julho-agosto de 2008.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos é geógrafo, doutor em informações espaciais; pós-doutor em cartografia étnica, professor associado do departamento de Geografia – Universidade de Brasília e diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica – UnB.

quilombo.sanzio@gmail.com